

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Conflito Jurídico, Consensualidade na Administração Pública e Necessidade de Tratamento Adequado .....</b>	<b>7</b>
1.1 O conflito como pressuposto .....	7
1.1.1 Conflito: origem etimológica, conceito e tipos .....	8
1.1.2 Elementos (essenciais e acidentais) e causas do conflito .....	14
1.1.3 Relação e situação jurídicas .....	18
1.1.3.1 Concepções de relação jurídica .....	19
1.1.3.2 Concepções de situação jurídica .....	24
1.1.4 Conflito na natureza, como fenômeno comunicativo e normativo: hipóteses dimensionais do conflito jurídico.....	25
1.1.4.1 Conflito na natureza sob a ótica da teoria de Humberto Maturana .....	26
1.1.4.2 Conflito e comunicação sob a ótica da teoria de Tercio Sampaio Júnior .....	38
1.1.4.3 Conflito normativo: regras e princípios jurídicos sob a ótica das teorias de Robert Alexy, Ronald Dworkin, Humberto Ávila e David Duarte .....	43
1.1.4.4 Síntese das hipóteses dimensionais do conflito jurídico.....	52
1.2 Atual vertente consensualista da atuação administrativa.....	54
1.2.1 Fases e modos da atuação administrativa .....	54

1.2.2 Administração Pública consensual.....	55
1.2.2.1 Democratização da Administração Pública .....	55
1.2.2.2 Governança pública.....	61
1.2.2.3 Administração pública em rede.....	67
1.2.3 Fundamentos jurídicos da consensualidade.....	70
1.3 Acesso à justiça e litigiosidade repetitiva .....	72
1.3.1 Formas de solução e sistema multiportas.....	78
1.3.2 Síntese da “negociação”, “conciliação”, “mediação”, “arbitragem” e da “jurisdição” no direito brasileiro .....	84
1.3.2.1 Negociação .....	85
1.3.2.2 Conciliação .....	87
1.3.2.3 Mediação .....	88
1.3.2.4 Arbitragem.....	90
1.3.2.5 Jurisdição .....	93
1.3.2.6 Iniciativa sintetizadora das principais características normativas .....	95
1.3.3 Instrumentalidade finalista e metodológica.....	98
1.3.4 O CPC/2015 e a aparente desjudicialização .....	101
1.4 Administração Pública consensual e tratamento adequado dos conflitos .....	105
1.5 Tutela administrativa efetiva.....	106

1.6 Sistema multiportas e “acesso à ordem jurídica justa” .....	114
1.7 Síntese parcial .....	115
<b>2. Negociação e Processualização Administrativa Negocial .....</b>	<b>117</b>
2.1 Negociação .....	117
2.1.1 O negócio jurídico .....	119
2.1.2 Dinâmicas conceituais da negociação .....	121
2.1.2.1 A Escola de Harvard .....	123
2.1.2.2 Negociação como arte, técnica ou ciência? .....	126
2.1.2.3 Elementos e classificações da negociação .....	128
2.1.2.4 Negociação no campo jurídico.....	130
2.1.2.5 Negociação e transação .....	132
2.1.3 Natureza e fundamentos da negociação.....	139
2.1.3.1 Fato negocial .....	139
2.1.3.2 Negociação e autonomia da vontade .....	143
2.1.4 Regime jurídico da negociação .....	146
2.1.4.1 Aspectos relevantes do regime jurídico público da negociação .....	147
2.1.4.2 Aspectos relevantes do regime jurídico privado da negociação.....	161
2.1.5 Assimetrias, desequilíbrios e riscos .....	174
2.1.5.1 O posicionamento de Owen Fiss.....	176

2.1.5.2 O posicionamento de Carlos Alberto de Salles.....	185
2.1.5.3 Assimetrias na contratualística privada .....	191
2.1.6 Vantagens e desvantagens da negociação.....	194
2.1.7 Etapas e técnicas de negociação .....	199
2.1.7.1 O posicionamento de Leonard Riskin .....	203
2.1.7.2 Adaptação do posicionamento de Leonard Riskin à negociação .....	217
2.1.7.3 Normatização das técnicas de negociação .....	220
2.2 Teoria dos jogos aplicada à negociação .....	225
2.3 Negociação processual .....	232
2.4 Processualização administrativa negocial .....	236
2.4.1 Concepções de procedimento e processo.....	236
2.4.2 Devido processo legal mínimo e processualização .....	257
2.4.3 Conteúdo da processualização negocial .....	266
2.5 O acordo.....	271
2.6 Síntese parcial.....	276
<b>Conclusão .....</b>	<b>283</b>
<b>Referências.....</b>	<b>287</b>